

## **XIV CISO – ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE**

GT14:Agricultura, trabalho e alimentos: desafios para o desenvolvimento local no Norte e Nordeste do Brasil.

### **DESTINO E DESAFIOS DAS NOVAS GERAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREAS IRRIGADAS: O CASO DE CURU PARAIPABA**

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos-Embrapa Agroindústria Tropical e UFC

[helenira@gmail.com](mailto:helenira@gmail.com)

Elza Maria Franco Braga

Programa de Pós-Graduação de Sociologia – UFC

[elzafbraga@gmail.com](mailto:elzafbraga@gmail.com)

**Recife  
2009**

# **DESTINO E DESAFIOS DAS NOVAS GERAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREAS IRRIGADAS: O CASO DE CURU PARAIPABA**

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos<sup>1</sup>

Elza Maria Franco Braga<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Nos anos de 1970 o DNOCS expandiu no Vale do Curu, CE, sua política de irrigação. Assim, recuperou estruturas já existentes e implantou nova área no município de Paraipaba. Edificado em metas “puramente sociais” cumpriu aos executores do projeto a seleção e recrutamento de 538 famílias de agricultores despossuídas dos meios de produção e de reprodução social ameaçada. Completados 33 anos de existência, os registros oficiais informam ser este o perímetro de maior área de fruticultura irrigada em produção no Ceará. Pesquisa atual, contudo, mostra que 238 irrigantes de origem venderam os lotes. Entre famílias remanescentes significativo percentual de jovens, embora resida na área, não revela interesse pela agricultura. São fatores de expulsão ou de atração que interferem na relação entre família e trabalho em áreas de fruticultura irrigada? Eis a temática em que se enreda este estudo.

## **INTRODUÇÃO**

Na condição de pesquisadora da Embrapa, participei de um trabalho no município de Marco, CE, tendo em vista a realização de um diagnóstico sobre a produção e as demandas por treinamentos na Área Irrigada do Baixo Acaraú, CE. Sistematizados, os resultados seriam traçariam as linhas mestras de um projeto de intervenção tecnológica, cuja idéia-força era promover a emancipação da agricultura familiar ali sediada.

Note-se que havia sido transferida para Embrapa Agroindústria Tropical<sup>3</sup> há pouco menos de um ano, remarcando que transitar entre unidades na Embrapa significa, em sua maioria, uma reorientação profissional substantiva. Aliás, não raro, essas mudanças não são sequer exequíveis, como por exemplo, em casos que envolvem a transferência de especialistas em produtos (animal ou vegetal). No meu caso específico, apesar de dar continuidade a uma trajetória de aproximadamente vinte anos lidando com unidades de produção familiar, a troca do local de trabalho, significou uma mudança de paisagem, entendida em toda a complexidade que a nova geografia emprega ao termo<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup>Pesquisadora Mestre da Embrapa Agroindústria Tropical e Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.helenira@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.elzafbraga@gmail.com

<sup>3</sup> A Embrapa Agroindústria Tropical, localizada em Fortaleza, CE, é uma unidade temática que desenvolve estudos para o desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas de interesse da agroindústria tropical.

<sup>4</sup>Um espaço produzido, resultado da ação humana sobre uma superfície de terra, exprimindo, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem e a historicidade do desenvolvimento humano, associada

Especificar minha participação em projetos anteriores aparece como aspecto relevante na demarcação deste percurso, uma vez que, trabalhava na Embrapa Caprinos, unidade de pesquisa, orientada para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura. Nesse campo de atuação, lidava com unidades de produção familiar, envolvidas com a criação de pequenos animais e de culturas de subsistência<sup>5</sup> esparsadas, em acentuada dispersão demográfica, por entre extensas áreas de sequeiro, constituídas por uma diversidade de relações sociais, sobressaindo-se as categorias de moradores, posseiros, assentados<sup>6</sup>, arrendatários ou de pequenos proprietários, que afora uma “autonomia possível”<sup>7</sup>, têm suas vidas atravessadas por uma história de domínio territorial<sup>8</sup> eivada de mecanismos de clientelismo e patronagem.

A nova paisagem - representada por novas culturas, novos itinerários técnicos, novas relações de trabalho - instigou e desafiou a minha sede de compreensão sobre o mundo da agricultura irrigada, vislumbrando, nesse primeiro vôo, como elemento central de análise o deslocamento de um contingente de agricultores familiares que se transformara em assalariados rurais, vendendo sua força de trabalho para empresários da emergente atividade de fruticultura irrigada no estado do Ceará.

Entretanto, a aproximação com os “pequenos produtores”<sup>9</sup> da APPCP<sup>10</sup> – organização constituída por irrigantes egressos do projeto de irrigação Curu Paraipaba ali chegados movidos pelo desafio de assegurar a reprodutibilidade de suas famílias – somada à minha experiência e preferência de trabalhar com unidades de produção familiar contribuíram fortemente para modificações na escolha inicial do tema.

---

à objetos fixados ao solo e geneticamente datados. Nestes termos, a abordagem de Santos (1978; 1982) é elucidativa.

<sup>5</sup> Nessas unidades ocorrem sempre milho, feijão e mandioca, e ocasionalmente, o arroz de “vazante”.

<sup>6</sup> Este quadro se altera substancialmente quando os projetos se voltavam para áreas de assentamentos rurais, ou seja, a dispersão demográfica reduzia-se, as relações sociais são alteradas, ficando os atores sociais tutelados pelos governos, num cenário marcado por superposições de políticas públicas.

<sup>7</sup> Tomo emprestado de (Mota, 1990) o emprego do termo para expressar que apesar da dependência em relação a um senhor as unidades familiares recorrem a opção que se faz possível em uma parcela de terra. A reprodução simples num espaço delimitado geográfica e simbolicamente possibilitavam uma margem de equilíbrio e alternância entre as atividades produtivas, de lazer e religiosas.

<sup>8</sup> Vários autores (Antonil, (1982); Bursztyn, (1984); Cardoso (1969); Franco, (1983); Furtado, (1964); Holanda, (1988); Ianni, (1972); Leal, (1975); Martins (1988); Prado Jr., (1966); Queiroz, (1976); Reis, (1988); Weffort (1978) têm vinculado este “domínio territorial” - seja associado às sesmarias, aos latifúndios escravocratas, ou às grandes propriedades – à origem da desigualdade social e política brasileira.

<sup>9</sup> Os pequenos produtores do Projeto de Irrigação do Baixo Acaraú são aqueles agricultores de menor poder aquisitivo, cujo suporte financeiro apenas lhes possibilita comprar os lotes de tamanho menores: em média 8,5ha. Diferente, portanto, do significado atribuído aos *pequenos produtores* que no Brasil veio substituir a categoria de *camponeses*, em diferentes conjunturas políticas. Sobre a construção sociopolítica do agricultor familiar, ver Neves (2007).

<sup>10</sup> Associação dos Pequenos Produtores de Curu Paraipaba.

Evidentemente, não se trata de declinar de um tema em favor de outro, até porque a presença no Baixo Acaraú desse grupo de egressos do Perímetro Curu-Paraipaba demarca uma contigüidade da temática, a saber: a passagem dos sujeitos de uma ordem social constituída por formas tradicionais de produção e autoridade em grandes propriedades pecuaristas e de culturas de subsistência e pelo reencaixe em estruturas produtivas da fruticultura irrigada, regidas pelas leis de mercado.

Assim, sem perder relevância, o estudo do processo de assalariamento da agricultura familiar em área de fruticultura irrigada tornou-se um dos elementos constitutivos de um eixo maior da problemática da pesquisa centrado em questionamentos relacionados à reprodução social almejada por famílias de irrigantes, do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, encravado no espaço rural do semi-árido do Ceará. Implantado há trinta e quatro anos, o projeto de irrigação acolheu unidades de produção familiar de diversas regiões do Estado, que hoje estão sinalizando alguns riscos em relação à reprodutibilidade de suas famílias, contexto no qual as formas de assalariamento representam uma das estratégias para deter ou minorar o fenômeno.

Destarte, compreender o contexto de instituição do projeto de irrigação Curu Paraipaba; a sua história; palmear e tentar explicar os fatores de interferência que ameaçam a almejada reprodutibilidade dessas famílias, submetidas há um intenso processo civilizatório, tornou-se o desafio maior desse estudo, que busca responder a indagações do tipo: Como se deu a passagem dessas famílias socializadas em meio à agricultura de sequeiro para agricultura irrigada? Como foram articuladas e como atualmente se articulam suas estruturas produtivas e de comercialização? Quantos irrigantes permanecem no projeto e como estes organizam os meios de vida para assegurar a sobrevivência das famílias? Quais outras ocupações têm surgido tendo em vista a ameaça de não reprodutibilidade dos membros da família?

Desafiada por esses questionamentos o estudo se desenrola submerso em uma pesquisa de tipo etnográfico, buscando elementos da realidade que possam explicá-los. No presente texto são apresentados dados da pesquisa iniciada em 2007, organizados a partir de uma recuperação dos contextos que favorecem a instituição de uma política de irrigação para o Nordeste brasileiro. Uma reconstrução da implantação do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba, emoldurada pelo contexto mais amplo de modernização do Vale do Curu dá seqüência a essa abordagem de feição mais histórica. Finalmente, o perfil dos irrigantes, suas ocupações e os desafios presentes são mostrados antes de se tecer algumas considerações finais.

## 1. PROJETOS DE IRRIGAÇÃO, CAMINHO DE EMANCIPAÇÃO?

Embora opiniões se dividam e até mesmo existam pareceres técnicos informando que não mais do que 10% dos quase 100 milhões de hectares que compõem o semi-árido do Nordeste são irrigáveis, a implantação de projetos de irrigação tem se constituído uma via de intervenção recorrentemente evocada por vozes modernizantes que a enxerga como recurso primordial na luta do homem contra os revezes da seca.

Assim, sem muitas controvérsias e sem oposições renitentes<sup>11</sup> os projetos de irrigação vêm paulatinamente se consolidando em meio ao semi-árido do Nordeste. Podem-se observar, em sua evolução, quatro elementos que regam o florescimento da agricultura irrigada: 1) os textos que, de há muito, denunciam as misérias e os azares da região, tendo a tragédia da seca como pano de fundo; 2) a forte vinculação do Estado, quer dizer, dos articuladores e formuladores das políticas, com os interesses da modernização; 3) o repertório mental que cimenta o campo da ciência agropecuária; e, 4) a silenciosidade incorporada ao *habitus* dos agricultores, especialmente, em suas relações de recepção de benefícios em nome da civilização. Explico.

Desde o propalado pronunciamento de D. Pedro II, comprometendo, se preciso fosse o último brilhante de sua coroa para acabar com a seca do Nordeste, os textos<sup>12</sup> produzidos pela história, literatura etc, têm justificado intervenções do Estado intercedidas pela tecnoburocracia estatal junto aos tradicionais sistemas de produção da agricultura familiar. O pressuposto de que o saber dos “sujeitos de fora” é superior ao conhecimento dos “sujeitos do local” parece os ter tornado silentes e resignados. Essa conduta, real ou aparente, corrobora para que os projetos concebidos nos gabinetes sejam implantados, sem maiores objeções, em nome da civilização das culturas rústicas, recorrendo ao termo usado por Antônio Cândido para exprimir o universo das culturas tradicionais do homem do campo.

No estado do Ceará vale a pena anotar que as boas intenções dos governantes em retirar do atraso as culturas tradicionais do campo se fundavam na necessidade de manter os

---

<sup>11</sup> As oposições não são inexistentes. Aliás, as vozes críticas às condutas técnicas que intervêm na realidade com empenho único de aumentar a produtividade vêm recentemente ganhando adeptos. De todo modo, até os dias de hoje, nos embates entre produtivistas e preservacionistas, os primeiros ainda levam vantagem, pelo menos em volume dos recursos despendidos no seio da burocracia do Estado.

<sup>12</sup> Rodolpho Theophilo em seu livro a “A seca de 1915” é bom exemplo dessas justificativas: “Se a natureza nos legou o terrível fenômeno climático, deixou escrito na configuração do solo o que devíamos fazer para nos remirmos da calamidade. (...) dotou o cearense de resistência orgânica assombrosa, para que pudesse enfrentar as secas. (...) Deixou em todo o Estado (...) excelentes locais para grandes reservatórios como o do Orós, no qual, uma vez feita a barragem, teríamos uma lago com muitos milhões de metros cúbicos e com capacidade de irrigar uma área de dezenas de léguas”. Ver THEOPHILO, R. A seca de 1915 (Excertos).In: MENEZES (2006).

índices de exportação do algodão, do café, dos couros ou das peles. O bem estar da população, apesar da ameaça de rebeliões, nos períodos de seca, vinha sempre em segundo plano. Theophilo (2006) foi, em seu tempo (1853-1932), uma voz que evocava o desprezo dos governos em relação à questão

[...] O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza. A seca é seu mal congênito. De tempos em tempos, ataca-o, fere-o de morte. (...) maldição maior do que as secas: é a inépcia e má vontade dos homens que dirigem a Nação (...) A politicagem tem sido nefasta ao Ceará em todas as secas a que tenho assistido”(p.171).

### 1.1. *Seca ou governo, um mal congênito?*

As limitações do clima se constituíram, sempre, um empecilho para que, no Ceará, se implantasse um modelo agroexportador de matérias-primas. A escassez das chuvas e o conseqüente flagelo de população pobre da Região era o fator reincidente para que o Estado desencadeasse constantemente medidas paliativas no combate à seca: açudagem, construção de estradas, frentes de serviço. Essa concepção, pautada no combate à seca, colocava as atribulações de sua população em segundo plano:

[...] O tratamento da questão do bem estar das populações vinha em segundo plano (...) Daí o armazenamento de víveres jamais ter preocupado as autoridades como uma questão fundamental. Produzia-se para exportar e não para satisfazer as necessidades do mercado interno. Quando ocorria o problema, atribuía-se a imprevidência da população a responsabilidade pela ausência de víveres (IMOPEC, 1989, 108).

A chuva tem sido o elemento do qual dependeu a economia cearense, durante séculos, uma vez que o Estado sempre se socorre de medidas paliativas, não atentando para solução definitiva do problema. Para justificar a alternância entre uma medida e outra o discurso oficial credita a responsabilidade à ineficácia da ação governamental. Nos anos que antecederam a seca de 1877, deflagrada a seca, criavam-se comissões de socorros, mobilizando, geralmente, o comércio para distribuição de gêneros de primeira necessidade à população. Na seca de 1877, por exemplo, o presidente Caetano Estelita declarava

[...] que o povo preferia o trabalho que o eleva a ter que pedir esmola (...) era necessário atenuar a crise através do trabalho (...) dentro desta concepção foram criadas as comissões de socorros públicos que realizavam melhoramentos e construíam casas para quartéis, cadeias, escolas, açudes, estradas, aterros, igrejas, etc (IMOPEC, 1989, 109).

Gustavo Barroso (1888-1959) - em sua obra de mocidade “Terra do Sol” de 1912 - em tom apaixonado dizia que era quando o gado começava a cair de fome e de sede que o nortista mostrava “a sua energia inflexível, quando mais se acrisolam suas faculdades

combativas (...) e mais se robustece sua titânica virilidade”. Entusiasmo com a bravura do nortista o autor sugeria que “não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes” (BARROSO, 2006, p.14). Essas falas que enaltecem a coragem do povo, invocando trabalho para as vítimas da seca, por muito tempo têm justificado a existência de programas emergenciais que, remunerando o trabalhador do sertão com diárias aviltantes, edificaram e modernizaram as estruturas produtivas das grandes propriedades por meio da construção de açudes e barragens, bem como de pontes e estradas que se prestavam ao propósito de ampliar os fluxos de comercialização.

No Ceará, data de 1881 a construção da primeira grande barragem do Estado, inaugurando, por meio da perenização dos rios, a existência de áreas irrigadas de modesta inovação técnica, mais voltada para agricultura de subsistência. Entretanto, essa via de intervenção que foi mediada pela instituição do IOCS o hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) centrava sua política de combate às secas, baseada em ações isoladas, notadamente, na construção de barragens e açudes, marcando um período conhecido como a fase hidráulica que perdurou até 1950 e que serviu como bem analisado por Diniz (2002, 22) “mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas”.

Datam da década de 40, as primeiras experiências de irrigação no semi-árido, mediadas pelo DNOCS e efetivadas pela construção de grandes açudes e canais de irrigação, ancoradas no processo histórico de criação do mito da necessidade para, com base no sistema político regional, apropriar-se de recursos, benefícios e vantagens fiscais, modelo que persistiu até o final da década de 50, por parte das elites políticas que reivindicavam a criação de órgãos governamentais para combater os efeitos das secas periódicas que assolavam o Nordeste.

## *1.2 Uma nova configuração institucional faz expandir a agricultura irrigada*

Em meados do Século XX, as teorias desenvolvimentistas provocam acalorados debates sobre a indispensabilidade de redução das desigualdades regionais, criando as condições para instituição de novos organismos estatais visando o intervencionismo federal no Nordeste. Este quadro emoldura os argumentos que justificaram a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, instituindo a missão de aglutinar estratégias, definindo, entre outras, uma efetiva prioridade ao

desenvolvimento da agricultura irrigada e a criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA).

O Banco do Nordeste do Brasil e a CODEVASF constituíram-se as duas outras grandes referências desta nova configuração institucional. Esta ação planejada do Estado no meio rural nordestino significou a expansão das condições técnicas e econômicas necessárias à modernização agropecuária, redundando na expansão do capitalismo no campo.

A implantação de projetos de fruticultura irrigada para produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias como se pode ver, tem suas raízes fincadas no contexto da “modernização conservadora”. A oferta centralizada de recursos hídricos em regiões específicas e a presença de um conjunto de bens e serviços públicos associadas aos baixos preços da terra e da mão-de-obra foram fatores decisivos para atrair investidores que apoiados em incentivos fiscais responderam pela implantação de perímetros irrigados no Nordeste (ANDRADE, 2005; MOTA, 2005).

A partir de 1963, por meio de ações governamentais planejadas, a agricultura irrigada se instituiu como via estratégica de desenvolvimento para Região, cujos exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. Ainda que tenha excluído parcela importante dos seus beneficiários iniciais, que passaram a engrossar a fila dos assalariados rurais nos projetos, essas experiências localizadas e, sob o ponto de vista econômico, bem sucedidas, assinala Mota (2005), chamaram a atenção para o potencial da região, estimulando à implantação de outros projetos essencialmente empresariais, para a produção de frutas para o mercado “*in natura*”.

Dessa forma, tão logo se deu início a formulação de planos nacionais de desenvolvimento, a irrigação ganhou papel destacado. Já no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-74), foi estabelecida a meta de se irrigarem 40 mil hectares, a qual foi incorporada ao PIN, também em caráter de urgência.

O II PND (1974-79) ancorado em justificativa de que o Nordeste brasileiro, “a despeito de possuir volume de água acumulado em açudes e áreas com um elevado potencial de águas subterrâneas, não tem usado convenientemente os recursos disponíveis para fins de irrigação”, favoreceu a ampliação e criação de programas específicos de irrigação. Assim, o I Plano Nacional de Irrigação (PNI), elaborado em 1982, previa a continuidade das ações do Governo Federal, com ênfase nos grandes projetos públicos de irrigação, que já vinham sendo implantados pelo DNOCS e pela CODEVASF. A



institucionalização do Programa de Financiamento de equipamentos de Irrigação (Profir), em 1982, criou uma linha de crédito rural oficial para investimentos em sistemas de irrigação, sobretudo nos cerrados, mas também com atuação em algumas áreas do Nordeste (Brasil, 1990).

Em 1986, com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, um novo padrão denominado Novo Modelo de Irrigação se instaura na Região com o objetivo de promover programas e grupo de programas estruturantes para o crescimento econômico do campo, ancorados no incremento do agronegócio, por meio uso de inovações tecnológicas para aumento de competitividade de complexos agroindustriais e determinadas cadeias produtivas.

Nos perímetros irrigados, as vendas de lotes priorizaram para empresas agrícolas que seriam referências na implementação de novas tecnologias, novas formas de produção e organização do trabalho agrícola, transformando o perfil vigente dos perímetros irrigados do DNOCS, que visava a transformação dos trabalhadores rurais em irrigantes mas persistindo a organização familiar da produção.

Em suma, desde que inaugurou-se no Nordeste, no final da década de 1960, o padrão de intervenção centrado em espaços econômicos restritos, consolidando os pacotes, projetos-impactos e programas especiais, a exemplo do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), a irrigação passou a ser o eixo central de uma política que de um lado se pautava na exploração do Vale do São Francisco, por meio da instalação de grandes empresas e de outro, investia na criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar, cabendo ao Estado, sob a gestão do DNOCS, a criação de pequenas empresas baseadas no trabalho familiar, com certo estímulo para o uso de técnicas modernas. A recriação desses espaços provocou alterações nos modos de vida das populações residentes no campo, fazendo emergir em meio ao sertão um novo agente social: o colono, ou irrigante que surge em nome do combate à seca, que como dizia, com dizia Rodolpho Theophilo ataca o Ceará de tempos em tempos, mas sua maior condenação maior é a tirania de seus governos.

Em meio a esses revezes no Estado do Ceará criaram-se 14 projetos de irrigação. Três desses foram moldados em termos empresariais: Limoeiro Apodi, Baixo Acaraú e Araras Norte. Os demais projetos são ocupados por unidades de produção familiar. Um desses, o Curu Paraipaba objeto desse estudo é hoje, com 34 anos de existência, o detentor da maior área de fruticultura irrigada do Estado do Ceará.

## 2. ESPAÇOS RECRIADOS E UM NOVO AGENTE SOCIAL NO VALE DO CURU

A partir das ações planejadas do Estado, no Vale do Rio Curu, região típica do semi-árido nordestino, novos atores entraram em cena, rompendo com a cultura dos tradicionais sistemas de produção de carne, couros e peles, algodão, cera de carnaúba, milho, farinha, mamona, rapadura e mel. Desafiando a natureza e as tradições culturais, essa Região começou, a partir de 1964, a ser palco de uma intervenção estatal, dando origem a grandes empresas de produção de álcool, cujo maior exemplo foi a AGROVALE<sup>13</sup>.

Por todo o Vale, a modernização teve início desde o início dos anos 60, quando o DNOCS, com objetivo explícito de transmitir conhecimentos e incentivos para o desenvolvimento da agricultura irrigada, implantou no município de Pentecoste um Posto Agrícola. Não demorou muito para que, nessa mesma propriedade, o DNOCS construísse o Projeto de Irrigação Curu-Pentecoste, beneficiando irrigantes particulares que pagavam ao Governo o acesso à água que recebiam de um sistema que se estendia ao longo da bacia de irrigação dos açudes. Esses irrigantes projetavam e implantavam suas estruturas de captação, adução e distribuição de água sem interferência direta dos Governos.

A partir de 1974, moldada por uma via de intervenção - que diferentemente do processo na área vizinha, em que se respeitava a estrutura agrária existente – iniciou no Vale uma nova política de irrigação, acionada por mecanismos de desapropriação de terras, na qual a implementação dos projetos e a organização da produção se dava sob a administração do Governo, orientada por um tipo de parcelamento constituído por lotes de aproximadamente 3,72 hectares, nos quais os proprietários individuais eram selecionados pelo DNOCS. O Projeto Piloto dentro dessa política foi o Curu-Paraipaba. No perímetro irrigado Curu Paraipaba, embora se tenha assegurado a primazia das unidades de produção familiar na ocupação dos lotes, o processo foi marcado por intensas mudanças nas relações de trabalho e na vida desses atores que chegaram trazendo consigo os traços de sua cultura e de um viver como pequeno agricultor, passando a esposar as identidades de “colonos” ou “irrigantes”<sup>14</sup> – um novo agente na

---

<sup>13</sup> Para maiores informações sobre esse empreendimento, que ali se estabelece ancorado nas vantagens oferecidas pelo PROÁLCOOL, consultar Martins (2002) que aprofunda a experiência desenvolvimentista do Vale do Curu.

<sup>14</sup> Em artigo relacionado à temática de implantação dos perímetros irrigados, Diniz trouxe uma abordagem inovadora sobre este aspecto da construção e reconstrução de identidades dos trabalhadores rurais transformados em irrigantes ou colonos. Analisando as contradições geradas entre o novo modo de produção desenvolvido no projeto e o sistema de exploração tradicional, autora mostra que ocorre

organização social e espacial do sertão. Ao chegar à posição de irrigante, como bem assinalado por Diniz (2002), o antigo meeiro ou morador tem sua estrutura de vida alterada

[...] os trabalhadores ao ingressarem no perímetro não tinham nenhuma identificação com aquele espaço, que não foi construído por eles e, portanto, não gerou nenhuma identidade socioespacial. Estavam sem identidade não só com o espaço físico, concreto, mas também com tudo o que aquele espaço representava: irrigação, novas tecnologias, novas relações de trabalho, ou seja, uma nova forma de viver (Ídem, 49).

Como se fosse possível homogeneizar os gostos e preferências, as casas e os quintais eram padronizados<sup>15</sup>. O depoimento de Dona Irismar, esposa de um irrigante, bem ilustra a confusão vivenciada pelas famílias:

[...] quando nós chegamos nessas ruas de casas tudo igualzinha deu muita confusão. Os homens quando saíam pro bar e voltavam aturiscados confundia as casas e batiam em portas erradas. Os maridos, alguns mais zangados, saíam porta afora berrando .. ei tu num tá na tua casa não... todo mundo queria logo mudar pelo menos a cor (...) as poucas a gente foi fazendo as reformas. (...) As vezes quando eles chegavam cansado do trabalho nos lotes, quanto mais os mais velhos, eles entravam noutra casa que não era a deles e quando davam fé, estavam dentro da cozinha dos outros (...) isso podia dá muita confusão pras famílias.. era preciso fazer umas mundançinhas pra diferenciar umas das outras.

Como se para manifestar a diversidade cultural que ali se abrigara, uma das primeiras sinalizações de independência das famílias irrigantes foi a realização de reformas nas casas. Alpendres, lentamente, começaram a surgir. Seguiram-se as ampliações com mais quartos e até outras edificações, ao lado das casas originais. Era o mínimo de “autonomia possível”, pois como expressou o Sr. Chico Caipira<sup>16</sup> - o segundo “colono” a chegar naquele espaço recriado - não se “podia escolher o que plantar, nem como, nem pra quem vender... era tudo medido, até o tanto que cada família tinha direito de comer quem dizia era a cooperativa. Era um controle muito grande”. O entrecruzamento entre o paternalismo e o autoritarismo desempenhado pelo DNOCS em sua relação com os irrigantes, foi bem registrado Diniz

---

“uma ruptura radical e definitiva com o passado que pode ser analisada, sob o ponto de vista espacial e geográfico, através do conceito de desterritorialização (...) isso implica tanto a perda de identidade territorial como a criação de uma nova territorialidade ou reterritorialização”. (Ídem, 50)

<sup>15</sup> Esse novo modo de viver, ou seja, plantar em lotes e morar em casas idênticas forçou os irrigantes a vivenciarem situações embaraçosas, chegando ao extremo de confundirem as casas “entrava na casa do outro, quando dava fé, já tava lá na cozinha”. (apud DINIZ, 2002, 50)

<sup>16</sup> Seu Chico foi o nosso primeiro entrevistado em Paraipaba. Por ser o segundo colono a ser admitido e por ter participado como construtor da implantação do perímetro, seu Chico tem grande visão panorâmica e também de detalhes. Aliás, Sr Chico é um “dos poucos colonos vivos que sempre viveu ali, pois morava em Paraipaba velha, na beira do rio Curu”.

[...] O DNOCS assumiu de forma autoritária e repressiva na execução das regras do jogo. Sua equipe técnica elaborava, através da cooperativa, os planos anuais de exploração agrícola em que todos os aspectos da produção eram estabelecidos: os produtos, a quantidade de cada produto, a área cultivada, a tecnologia adotada, o volume de recursos necessários, o mercado para produção agrícola (...) Cada irrigante recebia da cooperativa uma quantidade de alimentos para um mês, Essa quantidade era estabelecida pela própria gerência, cuja autoridade não era questionada por parte dos irrigantes porque colocaria em risco sua permanência no perímetro” (Idem, p. 44).

### 3. CONTEXTURAS DO PROJETO CURU PARAIPABA

Não se pode negar que o contexto de criação do projeto de irrigação Curu-Paraipaba se deu em circunstâncias similares a de outros projetos de irrigação implantados pelo DNOCS, concebidos na esteira dos acontecimentos que marcaram o brusco rompimento da ordem democrática pós-64.

Todavia, o projeto Curu Paraipaba possui algumas singularidades que o distingue do contexto e dos objetivos de criação de seus congêneres. A interveniência de Francisco Batista de Azevedo – “Seu Batista” - liderança política de larga influência na região<sup>17</sup> e bem articulado com o governo federal teve papel preponderante na construção da cidade e na constituição do perímetro irrigado, simultaneamente implantado com o objetivo de alimentar a população e de dinamizar a economia da cidade nascente.

De certa forma, seria ingênuo pensar que a alocação de uma área irrigada, ou de qualquer frente de expansão econômica de uma determinada região se defina, exclusivamente, com base em diagnósticos ou estudos de viabilidade que freqüentemente precedem tais processos. Na grande maioria dos casos, tais estudos - muitas vezes escamoteando veredictos emitidos pela tecnoburocracia alertando para fatores restritivos impostos pela natureza<sup>18</sup> - vêm legitimar decisões fecundadas na esfera da política<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup>Nascido em Paracuru, político nato, reconhecido pelos paraipabenses como “o homem que marcou nossas vidas” Francisco Batista de Azevedo começou sua vida política, em 1951, como vereador de São Gonçalo do Amarante, caminho pelo qual conseguiu desmembrar os distritos de Paraipaba e Paracuru. Este último, alçado à condição de município logo contou com a presença de Seu Batista como prefeito eleito em dois mandatos consecutivos (1955-1958) e (1963-1966). Muitos são os feitos a ele atribuídos. Paraipaba, contudo, o considera o fundador e grande benfeitor por ter ele conseguido a mudança da vila Paraipaba das margens do rio Curu para a Nova Paraipaba, que mais tarde seria elevada à condição de cidade. Emblema da perpetuação de sua influência na região são os mandatos das prefeituras de Paracuru e Paraipaba. Em Paracuru, seu genro, Ribeiro, exerce atualmente, o mandato de prefeito em sua terceira gestão. Já em Paraipaba, sua neta, Joana Batista foi reeleita, no pleito de 2008, para exercer por mais quatro anos o mandato de prefeita.

<sup>18</sup>A instituição de uma unidade de pesquisa de irrigação em Parnaíba, PI, constitui-se emblema de um evento desta natureza. Apesar dos vários alertas de especialistas sobre as limitações daquele espaço como

O reconhecimento de tais interveniências políticas tem suas nuances, seja no grau de influência decisória, seja no grau de velamento, ou ainda no campo das disputas políticas pela autoria<sup>20</sup>. Na percepção dos moradores de Paraipaba, tais nuances são, pelo menos neste primeiro voo panorâmico, imperceptíveis. Folhetos, livrinhos e depoimentos das mais diversas categorias dos moradores de Paraipaba colocam o Seu Batista no centro da existência da cidade, enfatizando o seu desmesurado esforço “de tirar seu povo da beira do rio na enchente de sessenta e quatro”<sup>21</sup>.

Em vários aspectos, como se quer apontar, as singularidades desse enclave em meio ao semi-árido se pronunciam. Abundância de água e não a escassez motivou a articulação política para transportar aquela população rural para um novo espaço, totalmente planejado. Retirar a população da área de risco de enchentes transportando-a para um local seguro e de traçado mais moderno não significou a melhoria do padrão de vida de sua população. Essa lacuna é referida por muitos moradores de Paraipaba como a grande motivação para uma nova articulação política- “não mais de Seu Batista”<sup>22</sup>, mas da herança que ele deixou”. Essas articulações teriam resultado<sup>23</sup>, em 1970, na apresentação de um estudo de viabilidade técnico econômica que traçava as bases do planejamento para “o aproveitamento agrícola de uma área irrigável líquida, totalizando quase 6.400 ha, localizada à margem esquerda do rio Curu, conhecida como Área Paraipaba” (BRASIL, 1970).

Entre as várias proposições constantes no projeto para aproveitamento hidro-agrícola<sup>24</sup>, sobressaía-se a diretiva de que, “para fins sócio-municipais, a Área do Projeto fosse

---

referência para irrigação, o então Presidente José Sarney, fechou questão e ali se implantou a unidade de pesquisa que teve pouca duração para abrigar a missão de produzir tecnologias de irrigação.

<sup>19</sup> Acerca dessas práticas, Barreira (1992, p.18) ao analisar o processo de dominação tradicional no sertão intuído de chegar “à prática política” da classe dominante, que tinha na presença do coronel seu maior expoente, assinala que “Na política de dominação tradicional no sertão, os proprietários rurais eram, de fato, o único elo de ligação entre os camponeses e o “mundo político”, entre os camponeses e o “mundo econômico” e entre os camponeses e o “mundo das leis”.

<sup>20</sup> A implantação da Embrapa Caprinos no NE, por exemplo, foi palco de uma acirrada disputa política. Em primeiro lugar na esfera regional disputada entre os estados da Bahia e do Ceará. Depois entre municípios disputada por Sobral e Quixadá. Alocado em Sobral, sua paternidade ainda hoje é disputada por afiliados políticos de Manoel Rodrigues, Paulo Lustosa e Pe. José Linhares (três políticos sobralenses).

<sup>21</sup> Palavras de seu Chico Caipira, acrescida de “um homem bom para os pobres”.

<sup>22</sup> Seu Batista em 20/08/1968 recebeu “o grande prêmio que Deus reservou para ele, chamando-o para o seu reino de Paz e Justiça”. Cf. Folheto da celebração de seu centenário de nascimento celebrado em 20/08/2008.

<sup>23</sup> O uso do termo em tempo condicional significa, de fato, que o evento carece de maiores investigações, até mesmo por se ter encontrado referências como as de Martins (2008) que registra o nome do empresário João Grangeiro em articulações com o Estado para promover a emancipação do distrito de Paraipaba.

<sup>24</sup> O projeto foi elaborado pelo Consórcio Tahal Tel-Aviv e Sondotécnica do Rio de Janeiro,

declarada um ‘município’ e que fosse devidamente autorizada a exercer suas responsabilidades limitadas” (Idem p. 7/10). Nasciam assim imbricados o município e o Perímetro Irrigado, cabendo ao primeiro as atribuições de ordem normativa e ao segundo o desafio de produzir para apoiar o desenvolvimento do jovem município, cujo primeiro lote que se avista na saída da cidade com destino à Fortaleza, pela CE-085, quase se avizinha a imagem de Santa Rita de Cássia que dá as boas vindas aos chegantes.

No espaço refeito, ex-moradores da Passagem do Tigre (a velha Paraipaba) e da fazenda Camurupim (local em que se instalou o Perímetro) juntaram-se a tantas outras unidades agrícolas familiares vindas de diferentes lugares do Ceará para povoamento da moderna Paraipaba. Alçada à condição de município, esse contingente populacional, (re)ordenado sócio-espacialmente, elegeu, em 1985, Gutenberg de Souza como seu primeiro prefeito, cargo que, exercido durante dois mandatos, limitava-se a compor uma estrutura formal para satisfazer as constantes necessidades “que só podem ser atendidas por autoridades governamentais e municipais dispondo de grandes recursos e ampla autoridade”. Em última instância uma figura programática constituída para mediar o forte intervencionismo estatal exercido pelo DNOCS e SIVAC<sup>25</sup>. A tutela do DNOCS e da cooperativa eliminava ou neutralizava as possibilidades do exercício de uma “reflexividade social”<sup>26</sup>. Dessa forma, como bem registrado por Martins<sup>27</sup> (2002, p. 144)

[...] Para a antiga Passagem do Tigre afluíram milhares de pessoas, expulsas de seus terrenos ou atraídas pelo emprego agrícola, industrial e no setor de serviços (...) Entre 1960 e 1996, a população duplica e, nos anos de 1990, o contingente urbano equipara-se ao rural<sup>28</sup> (...) Desenvolveram-se as atividades comerciais, impulsionando a monetarização da economia local. As famílias passaram a ter acesso, embora precário, a serviços de infra-estrutura e meios de

---

<sup>25</sup> A SIVAC era a entidade cooperativa dirigida, em sua maioria, por empregados do DNOCS, à qual competia a gerência e administração do projeto, bem como, o serviço de planejamento agrícola em seu conjunto.

<sup>26</sup>Forçados ou induzidos a romper com uma ordem em que os costumes e tradições lhes proviam a confiança suficiente para seguir métodos estabelecidos e fazer as coisas mais irrefletidas, esses atores adentram numa ordem social, em que o risco (Beck, 1997) é um de seus traços mais característicos, invocando um aumento da reflexividade social, que “refere-se à necessidade de estarmos sempre pensando, ou refletindo a respeito das circunstâncias em que nossas vidas se desenrolam” (GIDDENS, 2005, 540).

<sup>27</sup>Em outro estudo que analisa e dimensiona a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil, tendo como referência empírica a modernização do Vale do Curu, Martins (2008, 109) acrescenta ao arcabouço de entidades que controlavam a vida dos irrigantes, a Agrovale - presidida por João Grangeiro - empresário que beneficiado por incentivos do IAA ali implantou um pólo sucroalcooleiro e juntamente com o DNOCS exerceu o controle no antigo distrito, “com vigilantes armados nas guaritas”. No mesmo estudo, Mônica faz alusão à participação do empresário na vida política da região, destacando o seu apoio ao processo de emancipação de Paraipaba.

<sup>28</sup>Para informar sobre o fenômeno de duplicação e conseqüente equiparação entre os contingentes populacionais – urbano e rural – a autora usou como fonte dados do IPLANCE (1997).

comunicação. Adquiriram outras necessidades de consumo, novos costumes e valores, observando-se a ruptura com as ricas tradições. Surgiu um tipo de migração até então desconhecido no Vale do Curu: o nomadismo pendular. Homens, mulheres e crianças perambulavam pelas estradas em busca de remuneração temporária. Para sobreviver, deslocavam-se de suas casas para o corte da cana, morando em barracões, meses a fio. No inverno retornava aos seus municípios de origem para plantar.

Durante os últimos vinte anos, a irrigação privada expandiu-se por todo o Vale. Os mais recentes usuários desses benefícios são empresas particulares, que vêm desde algum tempo, e aos poucos, sendo incorporadas ao Projeto Curu-Paraipaba para desenvolver atividades agro-industriais, a começar pela Agrovale, seguidas da Ypioca e da Paraipaba Agroindustrial<sup>29</sup>. As duas primeiras criaram os mercados que fizeram emergir o colono produtor de cana. A última que beneficia o coco expressa em parte o panorama atual do perímetro, ou seja, uma paisagem verde dominada por coqueirais que impulsionou um mercado que conta hoje com a presença de aproximadamente 100 atravessadores.

#### 4. A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS PROJETO ESTÁ AMEAÇADA?

Tão logo cheguei no Perímetro, em 2007, realizei uma primeira pesquisa para traçar um perfil dos irrigantes. No acesso aos dados um fato me chamou atenção: cerca de 29,0% dos irrigantes tem idade entre 56 e 65 anos e 38,0% tem idade entre 66 e 85 anos. Comparada com uma pesquisa anterior, realizada em 2001 pela Associação do Distrito de Irrigação Curu Paraipaba, ADICP, notei que esse percentual aumentou cerca de 11, 0%, já que à época apenas 29,0% dos irrigantes tinham idade superior a 66 anos.

Esse quadro de aumento da população idosa tem sido referenciado em quase todas as regiões do mundo, de um lado como repercussão de mudanças na própria estrutura das famílias, que crescentemente vêm reduzindo de tamanho e, de outro, pelos avanços das ciências que têm prorrogado a esperança de vida. No caso do Perímetro este quadro não se pronuncia dessa forma mais geral<sup>30</sup>, apontando inclusive uma contradição, pois se de um lado constata-se a idade avançada de grande parte dos irrigantes, de outro a pesquisa acentuou a existência de um significativo contingente de jovens, na faixa etária de 16 a

---

<sup>29</sup> Esta empresa foi implantada em 2005 e exporta água de coco envasada. A empresa não faz integração com as organizações dos irrigantes e compra individualmente parte da produção do perímetro.

<sup>30</sup> Em pesquisa recente realizada em pequenos municípios de Pernambuco, Wanderley (2007) registra famílias numerosas de jovens que pertencem majoritariamente a famílias de pequenos agricultores, cuja área disponível não ultrapassa 10 ha.

25 anos<sup>31</sup> de idade, representando 20% da população total do perímetro, os quais são filhos e netos dos irrigantes de origem. O que fazem estes jovens? Quais as suas relações com a atividade agrícola. Quais suas expectativas profissionais? Qual o papel das famílias na transmissão de um conhecimento que os habilite para as atividades agrícolas? Essas indagações, que se configuraram ampliando meu campo de interesse, me levaram a vasculhar a literatura disponível sobre juventude e famílias rurais em perímetros irrigados.

Não foi difícil encontrar uma literatura que trate de questões relacionadas aos dilemas e desafios da juventude em espaços rurais brasileiros (ABRAMOVAY, 1998; NEVES, 1999; ALVIM, 2006; BRUMER, 2007; CARNEIRO, 2007; CASTRO, 2007; STROPASOLAS, 2007). Esses títulos envolvendo referências conceituais e empíricas são reveladores de uma grande preocupação com a (des) profissionalização dos jovens agricultores, associada muitas vezes à homogeneidade de políticas de proteção social como aquelas referentes à proibição do trabalho infantil, bem como, à ineficácia ou mesmo ausência de políticas públicas de inserção da juventude no mundo rural e às estratégias educacionais que não se alinham às peculiaridades das atividades agropecuárias.

Pude constatar também que não são poucas as referências que analisam a experiência de implantação de perímetros irrigados. Nestas, se percebe claramente, uma lacuna acerca do debate sobre a família e a juventude rural. Enfatizam-se com frequência os estudos sobre impactos sócio-econômicos e ambientais, a mensuração de dados relacionados à produção e produtividade, diluindo, desta forma, as repercussões nas experiências dos sujeitos que ali vivem, produzem e reproduzem-se.

Encontram-se também títulos que resultam da análise das políticas públicas manifestada através dos variados programas governamentais voltados para tentativa de emancipação dos perímetros ou mesmo a descrição histórica de sua criação. (DNOCS, 1993; FRANÇA, M. *et al*, 1990; GONDIM FILHO, J.G.C. 1988, 1992; LIMA F. L. da S. *et al*, 2006; PIMENTEL, *et al*, 2003; PINHEIRO, J. C. V. & SHIROTA, R. 2000).

Quanto aos estudos focados nas questões de gênero e geração (idosos e jovens) que vêm ganhando posição privilegiada nas ciências sociais, não se tem encontrado referências que abstraiam dos elementos que se imbricam na constituição e dinâmica de funcionamento

---

<sup>31</sup>Mesmo existindo dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim do período chamado de “juventude” Brumer (2007, p. 35) refere à existência de “algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 25 anos, *grosso modo*, como o período da juventude, e a noção depende tanto da identificação como do reconhecimento de outros”.



dos perímetros públicos de irrigação, o “jovem” como unidade de análise primordial. Evidentemente, muitas das análises tangenciam a problemática da juventude, constituindo-se, pois, em tema transversal. A mesma lacuna se pôde observar quanto aos estudos sobre famílias, tendo em vista a sua importância como um elo de sociabilidade com o trabalho rural.

Nesse caso, os dados que apontam para um envelhecimento dos ‘colonos’, concomitante ao desinteresse de alguns jovens pela atividade agrícola, realça a relevância teórico-metodológica do estudo, uma vez que irá incorporar aos estudos sobre a família uma perspectiva que olha o seu conjunto como uma unidade doméstica.

Declinar de uma postura que a toma como unidade analítica por suas produções e rendimentos, torna possível o aporte de novos elementos às já tradicionais avaliações dos perímetros irrigados.

Essa possibilidade avultou minha inquietação de compreender - entre o todo mais amplo desse mundo construído por meio de uma intervenção governamental e vivido por cerca de meio milhão de famílias rurais – as oportunidades, os dilemas e os riscos de exclusão daquela juventude.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desse texto pontuei minha longa experiência de trabalho em meio à agricultura de sequeiro. Ali percebia sinais de um significativo abandono do trabalho rural, associado a “fatores de expulsão”<sup>32</sup> tais como, falta de acesso à água e terra. Nestes casos é comum a debandada dos jovens para as cidades em busca de emprego, significando no mais das vezes um abandono ao rural.

No caso em estudo, as pistas que se tem até o momento tendem a mostrar que “fatores de atração” é que mais fortemente tem influenciado a debandada dos jovens do trabalho agrícola. Explico. Em 2008, já interessada na compreensão e explicações desse fenômeno, fiz uma pesquisa para saber quantos irrigantes de origem (IO) permaneciam no perímetro. Constatei que apenas 286 dos 538 que foram admitidos no passado ainda estão no perímetro. Cerca de 31% desse remanescente continua residindo no perímetro, mas ocupando apenas o quintal, tendo vendido o lote de produção. Parte significativa dos que fizeram essa opção, representada por 22% dessa amostra, informou que a venda dos lotes que garantia uma renda de mais de dois salários mínimos “foi uma

---

<sup>32</sup> Sobre essa discussão sobre fatores de atração e de expulsão ver o estudo de BRUMER, 2007.

necessidade”, pois estavam velhos e sem condições de tomar conta de mais de três ha de coco. E os filhos preferiam profissões menos penosas como as de motoboy, cortadores de coco, garçom, etc., influenciados acreditam muitos desses pais pelo que aprendem nas escolas e nos cursos trazidos para agricultura familiar.

Num primeiro apanhado pode-se dizer a debandada de lotes agrícolas em produção para ingressar em outras profissões aponta para uma substantiva mudança das relações entre trabalho e família no espaço rural.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, R. *et al.* Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. 2ed. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ALVIM, Rosilene. Trabalho infantil: diversidade e exploração. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.) Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. Cap. III – 1, p. 207-227.

BARREIRA, César. Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BARROSO, Gustavo. Terra de Sol. 8ª ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 311p.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, Jean-Claude.; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Aproveitamento Hidro-Agrícola das Bacias do rio Curu. VOL. 3. Estudo de viabilidade técnico-econômica da área de Paraipaba. Consórcio TAHAL, TEL-AVIV & SONDOTÉCNICA, Rio de Janeiro. 1970.

BRUMER, A; SANTOS, J. V. T. dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). In: Revista Nera – ano 9, n. 9 – julho/dezembro de 2006.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (orgs) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRUMER, Anita; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. de N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). Agricultura familiar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (orgs) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. . Assalariamento, agricultura familiar e sociabilidade na fruticultura irrigada nordestina. *In*: V Simpósio latino-americano sobre investigação e extensão em pesquisa agropecuária - IESA, 2002, Florianópolis. V Simpósio IESA/SBSP. Florianópolis : Epagri, 2002. v. 1. p. 24-24.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Gama da. Novas dinâmicas global/ local: trabalho e gênero nos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. *In* SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.) Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. Cap. I – 3, p. 79-99.

DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. *In*: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DNOCS. Estudos de operações conjuntas de reservatórios da bacia do Curu. Fortaleza, 1993.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. *In*: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GONDIM FILHO, J.G.C. **Gestão integrada dos reservatórios da bacia do rio Curu.** Fortaleza, 1988. 114 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia Civil, Universidade Federal do Ceará.

HIRATA, Helena (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade – homens e mulheres no mercado de trabalho. Tradução por Clevi Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003.

MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão; o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2ªed. 1988.

MARTINS, Mônica D. A experiência desenvolvimentista no Vale do Curu. *In*: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MARTINS, Mônica D. Açúcar no sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

MOTA, D. M.; CAVALCANTI, J. S. B.. Assalariamento, agricultura familiar e sociabilidade na fruticultura irrigada nordestina.. *Agrotrópica*, v. 17, p. 73-80, 2005.

\_\_\_\_\_. O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis-SE. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, n.18,p.113-134,2001.

\_\_\_\_\_. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Série BNB Teses e Dissertações Nº 1, Fortaleza: BNB, 2005, 256p.

NEVES, Delma P. A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói, RJ, INTERTEXT, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. A perversão do trabalho infantil: Lógicas sociais e alternativas de

NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana – estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

PIMENTEL, C. R. M.; SOUZA NETO, J. de. Perfil Técnico-Econômico dos perímetros irrigados das Bacias do Curu e do Baixo Acaraú. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2003. (Embrapa Agroindústria Tropical Documentos, 80).

PINHEIRO, J. C. Vieira; SHIROTA, Ricardo. Determinação do Preço Eficiente da água para Irrigação no Projeto Curu-Paraipaba. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 31, n. 1 p. 36-47, jan-mar. 2000.

SARACENO, Chiara. Sociologia da Família. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SEGALEN, Martine. Sociologia da família. Tradução de Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1999.

STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para inserção social da juventude rural. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (orgs) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

THEOPHILO, R. A seca de 1915 (Excertos). *In*: MENEZES, E. D. Bezerra de. O Pensamento brasileiro de clássicos cearenses. V.2 – Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2006.